

# Cento e dez anos da revista *A Defesa Nacional*: uma longeva trajetória pensando o Brasil e suas Forças Armadas

Carlos Roberto Carvalho Daróz\*

## Introdução

Entre as diversas obras de arte que ornamentam o Quartel-General do Exército, em Brasília/DF, uma se destaca por eternizar um momento de elevada relevância histórica para a cultura militar e para o Exército Brasileiro. A pintura nominada *A Defesa Nacional*, de autoria do artista plástico Álvaro Martins<sup>1</sup>, retrata a reunião ocorrida nas dependências da Papelaria Macedo, situada à rua da Quitanda nº 74, no Rio de Janeiro, na tarde de 10 de outubro de 1913, quando os integrantes do grupo fundador da revista receberam seu primeiro exemplar, com data daquele dia. Na ocasião, era formalizada a criação do periódico homônimo por um grupo de jovens oficiais recém-egressos de estágio no Exército Alemão, que assumiram um compromisso com a modernização e profissionalização do Exército Brasileiro.

No corrente ano, a revista *A Defesa Nacional* completa, pois, 110 anos de existência e ininterrupta circulação, fiel aos propósitos de seus fundadores no princípio do século XX, que elencaram, como objeto do periódico, o aprimoramento das instituições militares, a profissionalização do ensino militar e o aumento da operacionalidade das Forças Armadas brasileiras. Em sua longeva trajetória, importantes expoentes da cultura militar brasileira, tanto militares como civis, publicaram na revista artigos tratando temas

de estudo das conjunturas nacional e internacional, e outros que contribuíram para o fomento da evolução das Forças Armadas brasileiras, transitando em diferentes campos do saber científico e técnico-profissional, tais como política, estratégia, tática, geopolítica, economia, história, administração, entre outros.

Nessa perspectiva, o presente artigo encerra um objetivo ambicioso ao propor abranger a contextualização do processo de criação da revista, bem como a caracterização de sua relevância nos cenários nacional e internacional, tanto para pensar as questões e problemas brasileiros, como para desenvolver suas instituições militares. No que tange à metodologia, foi desenvolvida uma pesquisa historiográfica acerca das raízes da criação da revista, priorizando a análise dos conteúdos presentes no conjunto das edições pertencente ao acervo da Biblioteca do Exército.

## O Exército Brasileiro no início do Século XX, a Reforma Hermes e os “jovens turcos”

No alvorecer do século XX, era evidente a necessidade de modernização e reestruturação do Exército. Em sua biografia, Estêvão Leitão de Carvalho destaca o grau de despreparo profissional da instituição na transição do século XIX para o XX (Carvalho, 1962). Embora essa demanda fosse antiga e remontasse ao período

\* Cel Art R/1 (AMAN/1991, EsAO/1999). É graduado em História/2011 e mestre em História/2017 pela Universidade Salgado de Oliveira; doutor em História Social/2023 pela Universidade Federal Fluminense e pela Université Libre de Bruxelles. Atualmente, é chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército. cdaroz@yahoo.com.br

pós-Guerra da Tríplice Aliança, tais questões locais obrigaram o governo do país a cuidar, em primeira instância, da consolidação da República. Somente depois da estabilidade obtida no governo Prudente de Moraes (1894-1898), que logrou recuperar a economia, os chefes militares tiveram condições de iniciar o processo de modernização da Força Terrestre. O início dessa renovação deu-se sob a administração do marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet na pasta da Guerra (1898-1902), que, entre outras providências, reorganizou o ensino militar, consolidou a implementação do recém-criado Estado-Maior do Exército<sup>2</sup> e modernizou as defesas da barra da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Nesse período, o general Hermes da Fonseca, então exercendo comando no Rio de Janeiro, conduziu grandes manobras na região de Santa Cruz, as primeiras do gênero no período republicano (Peregrino, 1955).

Mais tarde, durante o governo Afonso Pena, Hermes da Fonseca foi elevado ao cargo de ministro da Guerra (1906-1908), no qual, inspirado pelo modelo militar germânico, promoveu a mais profunda reforma no Exército no início da República (Ibid., 1955). Em sua gestão foram criados os tiros de guerra, instituído o serviço militar obrigatório, modernizado o ensino militar, adquirida expressiva quantidade de material bélico e enviadas três turmas de oficiais selecionados para estagiarem no Exército Alemão, os chamados “jovens turcos”<sup>3</sup> (McCann, 2009). A Reforma Hermes, conforme ficou conhecido o conjunto de mudanças implementadas no Exército, foi regulamentada por meio da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908 (Brasil, 1908).

## **Os homens – o grupo fundador da revista**

Em outubro de 1912, após o último grupo de brasileiros ter concluído o estágio na Alemanha, alguns de seus 21 integrantes se reuniram no restaurante Rheingold, em Berlim, e decidiram aplicar ao Exército nacional os conhecimentos adquiridos no Exército Alemão. Na oca-

sião, formularam o lema “Rumo ao Exército”. Posteriormente, por ocasião da travessia transatlântica, Bertoldo Klinger, Estêvão Leitão de Carvalho e César Augusto Parga Rodrigues tiveram a ideia de fundar uma revista técnico-militar capaz de contribuir para a formação de oficiais do Exército Brasileiro. Conforme registra Trevisan (2011, p. 121), o longo período embarcado a caminho do Brasil resultou em:

Demoradas conversas, durante as quais o grupo de estagiários examinou a fundo as diferentes possibilidades de aproveitar a experiência adquirida para a renovação dos métodos de instrução e do aperfeiçoamento dos costumes praticados na tropa (Trevisan, 2011).

Leitão de Carvalho deixou registrado o resultado das tratativas realizadas durante a extensa viagem, apontando para o futuro que se apresentava promissor: “Estávamos, agora, com as ideias claras e com um programa lançado. Era pôr mãos à obra” (Carvalho, 1962, p. 155-156).

A chegada dos “jovens turcos” da Alemanha impactou fortemente no Exército Brasileiro, sobretudo no Rio de Janeiro, então capital federal, localidade que concentrava as mais importantes unidades e a maior parte dos estabelecimentos de ensino da Força Terrestre. No curso do ano de 1913, embora houvesse natural resistência e reações às novas ideias e aos novos métodos de instrução propostos, os “jovens turcos” conseguiram influenciar positivamente os chefes militares, que determinaram a elaboração de um programa de palestras e conferências a serem ministradas por eles. Adicionalmente, os ex-estagiários do Exército Alemão passaram a apresentar comunicações no Clube Militar e publicar artigos de caráter modernizante na imprensa escrita.

Com o propósito de ampliar o alcance das novas ideias, o projeto de criação de uma revista de caráter profissional, discutido durante o translado marítimo entre a Europa e o Brasil pela terceira e última turma de estagiários, tomou corpo, resultando na fundação do periódico.

*A Defesa Nacional* surgiu no dia 10 de outubro de 1913 (figuras 1 e 2), sob os auspícios de Bertholdo Klinger e Leitão de Carvalho, os quais constituíram um grupo fundador e mantenedor, além de um grupo de redatores. À guisa de registro histórico, faziam parte do primeiro grupo oito ex-estagiários do Exército Alemão – Bertholdo Klinger, Estêvão Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis, Epaminondas de Lima e Silva, Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vila Nova e Francisco Jorge Pinheiro – e quatro entusiastas que não haviam estagiado na Alemanha, mas aderiram ao projeto – Brasílio Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mário Clementino de Carvalho. Na composição inicial da revista, o grupo de redatores foi formado por Klinger, Leitão de Carvalho e Joaquim de Sousa Reis, o qual foi expandido posteriormente.



Figura 1 – Reunião de lançamento da revista *A Defesa Nacional* em 1913. Óleo sobre tela de autoria de Álvaro Martins  
Fonte: Acervo do Gabinete do Comandante do Exército

Entre os 12 fundadores da revista, havia 6 capitães, 5 primeiros-tenentes e 1 segundo-tenente. Esses oficiais pertenciam às seguintes armas: 5 de infantaria, 6 de artilharia e 1 de cavalaria. Do grupo inicial, 11 eram egressos da Escola Militar da Praia Vermelha, e apenas Paula Cidade era formado na Escola de Guerra de Porto Alegre, que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha, fechada em 1904 e extinta em 1905. A faixa etária dos oficiais estava compreendida entre 29 e 42 anos de idade (Bento, 2013). Pouco tempo depois, o segundo-tenente José dos Mares Maciel da Costa juntou-se ao grupo inicial, resultando em 13 mantenedores da revista<sup>4</sup>.

Analisando o perfil etário e funcional dos fundadores, considerando a totalidade do Exército, é possível constatar que a criação de *A Defesa Nacional* foi resultado da ação de um seletivo grupo de jovens oficiais, que amealharam experiência no exército de uma das mais relevantes potências mundiais da época, e que visualizaram a possibilidade de agregar sua experiência para modernizar e profissionalizar o Exército Brasileiro. Nesse sentido, percebe-se que as mudanças se processaram “de baixo para cima”, por iniciativa da jovem oficialidade, mas com o apoio de diversos comandantes influentes na hierarquia militar. A revista, estabelecida em 1913, surgiu para ratificar e afiançar as transformações em curso na Força Terrestre à época.

## A DEFESA NACIONAL



Figura 2 – Identificação dos fundadores/mantenedores da revista *A Defesa Nacional*  
Fonte: Acervo do Gabinete do Comandante do Exército

## Surge *A Defesa Nacional*

O primeiro número da revista teve o patrocínio do Clube Militar, graças à intervenção de Mário Clementino, que deu à publicação o título de *A Defesa Nacional*. O formato foi escolhido por Klinger, baseado na *Militär Wochenblatt* (Luna, 2015), revista militar semanal da qual era assinante, publicada em Berlim desde 1816<sup>5</sup>.



# A Defesa Nacional



**EDITORIAL**

**1** DEFESA NACIONAL, que nascem com ambições de servir à defesa da infantaria militar do país, sem o seu programado contido no formado que lhe serve de ergueram.

Com efeito é fácil de ver, o escopo desse seu fundadores não é outro senão constituir, na medida de suas forças, para o socorro das populações civis, as respectivas autoridades, sobre os quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos deixaram, e que é de responsabilidade de todos os cidadãos de resses que sobre elas se acentuam.

De resto, os interesses militares se acham em dia, e em todos os países, e é natural que, nesse sentido, haja interesses nacionais, que trabalham pelo progresso dos usos de defesa de um povo, e, assim o melhor, a maior parte das populações de servir, em todos esses gêneros diversos por.

O caso do nosso país apresenta, além disso, outras características particulares.

Se nos grandes países europeus geralmente o Exército tem suas funções puramente militares, nas nações latinas não é assim, em que os elementos mais variados se fundem imprevisivelmente para a formação de um povo.—o Exército —única força verdadeiramente organizada no seio de uma nação—, não só é a força militar, mas, ao mesmo tempo, é a força política, para exercer, além dos seus deveres prisioneiros para fornecer-se, em dias iminentes, um auxílio ao governo civil, para a transformação política ou de constituição social.

A nossa pequena Nação, bem como a de outros países sul-americanos, dessa cheia de particularidades, não pode dispensar.

É de fato que os secessões liberais, numa justificada ansia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução política do Brasil, e que é de fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade de elementos militares para assistirem à sua formação desordenada, e que só nesse grau elevado de criação social, é que se pode entregar a tutela da força, que assim se constitui e se limita à verdadeira função.

Sendo desse modo que a forma liberal é incendiada injustificadamente pelos elementos militares nos negócios internos do país, o Exército precisa centrar todo o seu apreendimento para a tarefa de conservar a ordem, e que os elementos sociais em marcha —e preparando para avarigá-las perturbações internas, tão comuns e cada vez mais formidáveis nas sociedades que formam.

No que diz respeito ao exterior, o problema que o nosso Exército tem a resolver é menos complexo.

Veste para terça, apagado e formoso, com

Fig. 3 – Editorial do primeiro número de *A Defesa Nacional*, 1913

Fonte: Biblioteca do Exército

Em seu primeiro exemplar, *A Defesa Nacional* – Revista de Assuntos Militares, título conforme a grafia da época (**figura 3**), publicou um editorial no qual especificou os objetivos e propósitos do novo periódico. Inicialmente, a publicação destacou seu caráter colaborativo, recebendo contribuições de diferentes autores, objetivando o “soerguimento de nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados legaram [...]” (Editorial, 1913). No mesmo texto, figuram os termos “mocidade”, “estudos”, “boa vontade”, colocados no sentido de estimular a juventude militar da época, mormente capitães e tenentes, a se envolverem no processo de renovação da Força Terrestre, ao mesmo tempo em que o editorial posiciona a revista “ao serviço de seus chefes e camaradas” (*Ibid.*), esclarecendo que o periódico não propunha qualquer ruptura com a hierarquia e a estrutura militares vigentes.

O exame do conteúdo publicado no primeiro número da revista permite aferir o forte caráter técnico-profissional pretendido pelo grupo de fundadores, incluindo artigos como “Comando do grupo de artilharia em combate”, “A máquina automática de carregar cartuchos”, “Correntes tácticas na artilharia francesa”, “O

desenvolvimento progressivo do exército alemão”, “Reorganização da Guarda Nacional”, “Equipamento aligeirado pelo abandono da mochila”, “O ensinamento da Guerra dos Balkans sobre a artilharia”, “A infantaria japoneza”<sup>6</sup>, entre outros.

*A Defesa Nacional* passou a reunir, especialmente, conteúdo técnico, publicando traduções de periódicos militares alemães, e artigos analíticos destinados a ilustrar exercícios militares e, particularmente, o uso de armas de origem germânica. Em seus editoriais, todavia, a revista não se furtava a analisar a situação política e econômica do Brasil, que o grupo de redatores via como um país subdesenvolvido. Assim, o alcance da revista ultrapassou os limites do quartel, pois propunha uma sociedade baseada na implementação do serviço militar obrigatório e na educação militar em escolas secundárias e faculdades, onde os civis podiam praticar tiro ao alvo, sem terem que prestar serviço militar.

Para os “jovens turcos”, os processos de desenvolvimento do Exército e da nação eram questões imbricadas, de modo que, para eles, somente após a modernização militar e a garantia e preservação da soberania, o país poderia desenvolver com tranquilidade seu comércio, indústria e arte, considerados fundamentais para a prosperidade nacional (Luna, 2015).

## A institucionalização

Apesar de ter sido idealizada e fundada por capitães e tenentes, em sua segunda edição a revista recebeu o apoio explícito do Alto-Comando do Exército, com a publicação, na seção *Atualidade Militar*, de detalhado artigo assinado pelo general José Caetano de Faria, então chefe do Estado-Maior do Exército, versando sobre a necessidade de reformas estruturantes na Força Terrestre<sup>7</sup>.

Divulgada por meio de assinaturas individuais, em fins da década de 1920, a revista era consumida por cerca de 40% dos oficiais do Exército, em sua maioria oficiais intermediários e subalternos, e quase metade da tiragem era adquirida por civis.

A chegada ao Brasil da Missão Militar Francesa, a partir de 1919, resultou na institucionalização primária do periódico, o qual se tornou um porta-voz autorizado da Escola de Estado-Maior, à época o principal polo irradiador da doutrina militar francesa no Exército Brasileiro (Bellintani, 2009).

Na década de 1930, a revista se fortaleceu, alcançando a tiragem média mensal de 1.200 exemplares. Na ocasião, foram publicados artigos de jovens oficiais em início de carreira, que, anos mais tarde, desempenhariam papel de relevo na história institucional do Exército, como Tristão de Alencar Araripe, J.B. Magalhães, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Pantaleão Pessoa, Olympio Mourão Filho, Humberto Alencar Castelo Branco, Tasso Fragoso e Carlos de Meira Mattos, entre outros. Detentores de importante produção científica e historiográfica, tais oficiais contribuíram com *A Defesa Nacional* expondo e apresentando seus conhecimentos e reflexões ao longo de suas carreiras, enriquecendo a cultura militar brasileira.

Durante o desafiador período no qual o Brasil esteve envolvido na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), os articulistas da revista intensificaram os debates acerca das conjunturas política e militar nacional e internacional.

A institucionalização formal do periódico, como contribuinte para a formulação do pensamento militar brasileiro, veio em 21 de janeiro de 1947, quando o general Canrobert Pereira da Costa, ministro da Guerra, destacou sua importância para o Exército, por meio de um Aviso Ministerial<sup>8</sup>, o qual atribuía um caráter oficial ao periódico.

Em meados dos anos 1950, a revista foi submetida a uma reorientação editorial, passando a ser nominada, em subtítulo, como *Revista de Assuntos Militares e Problemas Brasileiros*. A editoria procurou se adequar a um novo perfil, coerente com os anos pós-Segunda Guerra Mundial e

com a nova ordem mundial estabelecida. Vinte anos mais tarde, na década de 1970, *A Defesa Nacional* teve sua categorização novamente modificada, passando a ser classificada como *Revista de Assuntos Militares e Estudos de Problemas Brasileiros*, designação mantida até os dias atuais.

Sob a influência do general Aurélio de Lyra Tavares, em meados da década de 1960, a responsabilidade pela captação e seleção de artigos para a revista passou a ser encargo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e sua editoração realizada pelo Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias. Após ser nomeado como o primeiro ministro do Exército<sup>9</sup>, o general Lyra Tavares reiterou a importância de *A Defesa Nacional*<sup>10</sup>, fortalecendo seu *status* perante os assinantes internos e externos.

No ano de 1982, a editoração, publicação e distribuição da revista passaram a ser responsabilidade da Biblioteca do Exército, permanecendo a coleta e seleção de artigos a cargo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, situação vigente até os dias atuais.

## **Acompanhando a conjuntura e os problemas brasileiros e internacionais, e estudando a evolução das forças armadas**

Em sua trajetória, *A Defesa Nacional* reuniu artigos e apreciações acerca dos mais relevantes fatos históricos que impactaram na dinâmica brasileira e mundial. Com o fito de demonstrar o caráter editorial da revista, selecionamos a seguir, sintetizados pela **tabela 1**, alguns artigos e editoriais da revista que tratam de importantes episódios da história do Brasil e do mundo, os quais, à luz da metodologia proposta para a presente pesquisa, permitem mensurar e avaliar a amplitude da revista *A Defesa Nacional* e sua aderência aos diferentes períodos históricos.

Data	Artigo/Editorial
1914	Início da Primeira Guerra Mundial
1918	Fim da Primeira Guerra Mundial
1922	Tenentismo. O papel do oficial em uma democracia moderna
1942	Ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial.
1944	Envio da Força Expedicionária Brasileira para a Itália
1945	Fim da Segunda Guerra Mundial
1954	Suicídio do presidente Getúlio Vargas
1965	O pensamento revolucionário brasileiro
1973	A crise do petróleo e suas perspectivas
1979	Revolução Islâmica do Irã
1982	O conflito das Malvinas e seus ensinamentos
1992	Defesa da Amazônia – geopolítica do confronto
1996	Operações de Paz
1997	Sistema de vigilância da Amazônia
1998	Estratégia e História Militar
2000	A evolução da guerra na Idade Média
2002	A defesa nacional diante do pós-modernismo militar
2006	O conflito no Oriente Médio
2007	A guerrilha colombiana
2008	Operações na MINUSTAH
2016	A Companhia de Carros de Assalto
2018	A intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro
2021	Operação Acolhida
2022	Guerra Russo-Ucraniana

Tabela 1 – Publicações relevantes de *A Defesa Nacional*  
Fonte: Biblioteca do Exército

Analisando a **tabela 1**, é possível observar a variedade de temas históricos e conjunturais, e a responsabilidade dos editores da revista ao longo do tempo, no sentido de manter atualizada a oficialidade brasileira sobre os mais relevantes assuntos técnico-profissionais e eventos de fundo importantes para o Brasil, ocorridos tanto em âmbito nacional, como internacional, englobando desde a análise de conflitos, a defesa e ocupação da Amazônia, a atuação da Força Expedicionária Brasileira, até a participação da

Força Terrestre na segurança pública, passando pelas operações de paz sob a égide da ONU.

## Considerações finais

Gestada no alvorecer do século XX, pelas mãos de um grupo de jovens oficiais idealistas, interessados na modernização do Exército Brasileiro, a revista *A Defesa Nacional* chega ao presente momento com ares de maturidade, perfei-

tamente fiel e coerente aos princípios e valores idealizados por seus fundadores.

Em mais de um século de circulação ininterrupta, tratando de temas relacionados à defesa e segurança nacional, incluindo questões militares, estratégicas, geopolíticas e tecnológicas, a revista vem cumprindo seu objetivo principal: disseminar conhecimento sobre assuntos de defesa e promover debates relevantes para a sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito às atividades das Forças Armadas em geral, e do Exército Brasileiro em particular. Nesse sentido, *A Defesa Nacional* contribui com o Brasil e com suas instituições militares de diversas maneiras, tais como:

- informação e conscientização, ao oferecer informações atualizadas sobre questões de segurança e defesa, ajudando a conscientizar a sociedade acerca dos desafios enfrentados pelo país em termos de proteção e estratégia;

- promoção do debate, na medida em que oferece um espaço qualificado para especialistas, acadêmicos, militares e profissionais discutirem assuntos relevantes para a defesa nacional, fomentando um debate salutar sobre políticas de segurança e estratégias militares;

- divulgação tecnológica, trazendo a atualização sobre avanços tecnológicos relevantes

para a defesa e segurança, mantendo as Forças Armadas e a sociedade informadas a respeito das mais recentes inovações nesse campo;

- conexão com a sociedade civil, ao abrir uma discussão sobre questões de defesa, segurança e geopolítica, que permite estabelecer uma ligação entre as Forças Armadas e a sociedade civil, aumentando a compreensão mútua;

- análises estratégicas, por meio de artigos e análises, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de defesa e segurança mais robustas e eficazes, beneficiando o país como um todo; e

- fomento à pesquisa, incrementando e incentivando a pesquisa acadêmica e aplicada nas áreas de defesa e segurança.

Nesses 110 anos de existência, muitas ideias e análises passaram pelas páginas de *A Defesa Nacional*, proporcionando mudanças e aperfeiçoamentos tangíveis para a Força Terrestre brasileira, bem como atualizando seu público acerca das conjunturas e problemáticas do Brasil e do mundo. Chega, pois, a 2023, na condição de mais relevante periódico científico de sua área, e consolidada como instrumento por meio do qual são pensados o Brasil e suas Forças Armadas. Que sua longeva trajetória se perpetue por novas e profícias experiências.

## Referências

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).** 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. **O centenário da reunião de fundação da revista A Defesa Nacional no Clube Militar em 20 de setembro de 1913.** O Guararapes, Resende, n. 13, fev. 2013.

BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908 – **Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exercito.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html#:~:text=Art.,com%20as%20prescrip%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20desta%20lei.>>. Acesso em: 4 abr 2021.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Aviso Ministerial nº 99,** de 21 de janeiro de 1947. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.

BRASIL. Ministério do Exército. **Aviso Ministerial nº 373-D/6-CB**, de 25 de novembro de 1968. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1968.

CARVALHO, Estêvão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

EDITORIAL. **A Defesa Nacional** – Revista de Assuntos Militares, Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, 10 out 1913.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/index.php/pt/historico>>. Acesso em: 4 ago 2023.

LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2015.

PÖLMANN, Markus (org.). **Deutsche Militärfachzeitschriften im 20. Jahrhundert**. Potsdam: Militärgeschichtliches Forschungsamt, 2012.

MARTINS, Álvaro. **A Defesa Nacional**. 1984. 1 original de arte, óleo sobre tela, 126 cm x 106 cm. Disponível em: <<http://ebacervo.eb.mil.br/items/show/48>>. Acesso em: 16 ago 2023.

McCANN, Frank. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro, 1889-1937. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia das Letras/Bibliex, 2009.

PEREGRINO, Humberto. **Do velho exército profissional ao cidadão soldado**. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 269-278, maio 1955.

TREVISAN, Leonardo. **Obsessões patrióticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

---

## Notas

<sup>1</sup> MARTINS, Álvaro. **A Defesa Nacional**. 1984. 1 original de arte, óleo sobre tela, 126 cm x 106 cm. Disponível em: <<http://ebacervo.eb.mil.br/items/show/48>>. Acesso em: 16 ago 2023.

<sup>2</sup> Cf ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/index.php/pt/historico>>. Acesso em 4 ago. 2023. O Estado-Maior do Exército foi criado em 24 de outubro de 1896, pela Lei nº 403, sancionada pelo presidente da República, Prudente de Moraes, com o objetivo de tornar o Exército uma instituição moderna, que acompanhasse as evoluções da arte da guerra e que tivesse maior presteza administrativa. Sua missão “preparar o Exército para a defesa da Pátria no Exterior e a manutenção das leis no Interior”.

<sup>3</sup> Três turmas de oficiais do Exército Brasileiro foram enviadas para estagiar no Exército Alemão, em 1905, 1908 e 1910. Os primeiros oficiais haviam sido enviados ainda durante a administração do marechal Francisco de Paula Argolo, com o propósito de preparar instrutores para um novo sistema de ensino, mais profissional e menos bacharelesco. Hermes da Fonseca deu continuidade e aumentou bastante o número de estagiários. O termo “jovens turcos” é uma alusão ao movimento político reformista na Turquia do início do século XX, que buscava modernizar o Império Otomano. No contexto brasileiro, esse termo foi usado para se referir aos oficiais que voltaram da Alemanha com novas ideias e conhecimentos, prontos para implementar mudanças no Exército. As reformas promovidas pelos “jovens turcos” brasileiros tiveram como objetivo modernizar a estrutura e as práticas do Exército. Cf. McCANN, Frank. **Soldados da Pátria:** história do Exército Brasileiro, 1889-1937. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia das Letras/Bibliex, 2009.

<sup>4</sup> O quadro de Álvaro Martins, citado na introdução do presente trabalho, retrata os 12 membros fundadores, mais o tenente José dos Mares Maciel da Costa.

<sup>5</sup> A revista foi fundada em 1816 pelo coronel Rühle von Lilienstern (1780-1847), chefe do Departamento de História da Guerra do Estado-Maior Prussiano, e Karl von Decker (1784-1844), chefe do Escritório Topográfico do Estado-Maior. A revista recebeu permissão do Ministério da Guerra para publicar decretos oficiais, decretos e notícias pessoais do corpo de oficiais prussianos. A folha foi impressa por Ernst Siegfried Mittler (1785–1870). Cf. PÖLMANN, Markus (org). **Deutsche Militärfachzeitschriften im 20. Jahrhundert.** Potsdam: Militärgeschichtliches Forschungsamt, 2012.

<sup>6</sup> Os artigos estão grafados conforme a norma ortográfica da época.

<sup>7</sup> Pouco tempo depois, ao assumir o cargo de ministro da Guerra (1914-1918), Caetano de Faria conseguiu implementar parte das reformas propostas por ele nas páginas da revista, entre as quais a introdução efetiva do serviço militar obrigatório, o reequipamento da Força, uma nova orientação para o ensino militar, uma nova articulação para as unidades militares no território nacional, e a contratação da Missão Militar Francesa. Ver. McCANN, op.cit.

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério da Guerra. **Aviso Ministerial nº 99**, de 21 de janeiro de 1947. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.

<sup>9</sup> O Ministério da Guerra foi transformado em Ministério do Exército em 1967. Ver BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 200 – Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em: 10 ago 2023.

<sup>10</sup> BRASIL. Ministério do Exército. **Aviso Ministerial nº 373-D/6-CB**, de 25 de novembro de 1968. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1968.